

CONVENÇÃO DE SUBVENÇÃO

ANEXO II

CONDIÇÕES GERAIS

PARTE A - DISPOSIÇÕES JURÍDICAS E ADMINISTRATIVAS

ARTIGO II.1 - OBRIGAÇÕES GERAIS DO BENEFICIÁRIO

II.1.1 Obrigações gerais do Beneficiário

O Beneficiário deve:

- a) Ser responsável pela realização da ação de acordo com os termos e condições da convenção;
- b) Ser responsável pela observância de todas as obrigações legais que lhe incumbem;
- c) Informar a AN de qualquer alteração suscetível de afetar ou atrasar a implementação do Projeto, e da qual o beneficiário esteja consciente;
- d) Informar de imediato a AN de qualquer alteração da sua situação jurídica, financeira, técnica, organizacional ou de propriedade e de qualquer alteração em seu nome, endereço ou representante legal;

ARTIGO II.2 - COMUNICAÇÃO ENTRE AS PARTES

II.2.1 Forma e meios de comunicação

Quaisquer comunicações relacionadas com a convenção ou com a sua execução devem ser efetuadas por escrito (em papel ou formato eletrónico), incluir o número da convenção e ser elaboradas utilizando os contactos indicados no Artigo I.6.

As comunicações eletrónicas devem ser confirmadas por uma versão original assinada em papel da comunicação, se tal for solicitado por qualquer das partes, desde que esse pedido seja apresentado sem atrasos injustificados. O remetente deve enviar a versão original assinada em papel sem atrasos injustificados.

As notificações formais devem ser efetuadas por correio registado com aviso de receção ou equivalente, ou por um meio eletrónico equivalente.

II.2.2 Data das comunicações

Qualquer comunicação é considerada como efetuada quando é recebida pela parte destinatária, salvo se a convenção mencionar a data em que a comunicação foi enviada.

A comunicação eletrónica é considerada como recebida pela parte destinatária no dia do envio bem-sucedido da comunicação, desde que seja enviada para os endereços indicados no Artigo I.6. O envio é considerado falhado se a parte remetente receber uma mensagem de erro na entrega. Neste caso, a parte remetente deve reenviar imediatamente a comunicação para qualquer dos outros endereços enumerados no Artigo I.6. Em caso de falha de envio, a parte remetente não deve ser considerada como tendo faltado à sua obrigação de enviar a comunicação dentro de um determinado prazo.

O correio enviado para a AN utilizando o serviço postal é considerado como tendo sido recebido pela AN na data em que for registado pelo departamento identificado no Artigo I.6.2.

As notificações formais efetuadas por correio registado com aviso de receção ou equivalente, ou por meios eletrónicos equivalentes, devem ser consideradas como tendo sido recebidas pela parte destinatária na data indicada no aviso de receção ou equivalente.

ARTIGO II.3 - RESPONSABILIDADE POR PERDAS E DANOS

II.3.1 A AN e Comissão não são responsáveis por quaisquer danos causados ou sofridos pelo Beneficiário, incluindo quaisquer danos causados a terceiros em consequência ou durante a execução do Projecto.

II.3.2 Salvo em casos de força maior, o Beneficiário deve compensar a AN por quaisquer danos sofridos por esta em resultado da execução do Projecto, da sua inexecução ou execução deficiente, parcial ou tardia.

ARTIGO II.4 - CONFLITO DE INTERESSES

II.4.1 O Beneficiário deve tomar todas as medidas necessárias para prevenir situações em que a execução imparcial e objetiva da convenção seja posta em causa por motivos relacionados com interesses económicos, afinidades políticas ou nacionais, relações familiares ou afetivas ou quaisquer outros interesses comuns («conflito de interesses»).

II.4.2 Qualquer situação que constitua um conflito de interesses ou possa conduzir a um conflito de interesses durante a execução da convenção deve ser comunicada de imediato por escrito à AN. O beneficiário deve tomar imediatamente todas as medidas necessárias para corrigir essa situação. A AN reserva-se o direito de verificar se essas medidas são adequadas e pode exigir ao Beneficiário medidas suplementares num prazo que será fixado para o efeito.

ARTIGO II.5 - CONFIDENCIALIDADE

II.5.1 A AN e o Beneficiário deve preservar a confidencialidade de quaisquer informações e documentos, sob qualquer forma, disponibilizados por escrito ou oralmente relacionados com a execução da convenção, e cujo carácter confidencial esteja explicitamente indicado por escrito.

II.5.2 O Beneficiário não deve utilizar informações e documentos confidenciais por qualquer motivo diferente do cumprimento das suas obrigações decorrentes da convenção, salvo acordo em contrário por escrito da AN.

II.5.3 A AN e o Beneficiário estão vinculados às obrigações mencionadas nos artigos II.5.1 e II.5.2 durante a execução da convenção e por um período de cinco anos a contar da data de pagamento do saldo, a menos que:

- a) A parte em questão concorde antecipadamente em abdicar das obrigações de confidencialidade da outra parte;
- b) As informações confidenciais se tornem públicas por outros meios que não representem uma violação da obrigação de confidencialidade, através da divulgação pela parte sujeita ao cumprimento dessa obrigação;
- c) A divulgação das informações confidenciais for exigida por lei.

ARTIGO II.6 - TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS

II.6.1 Tratamento de dados pessoais pela AN e Comissão

Quaisquer dados pessoais incluídos na convenção são tratados pela Comissão em conformidade com o disposto no Regulamento (CE) n.º 45/2001 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 18 de dezembro de 2000, relativo à proteção das pessoas singulares no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais pelas instituições e pelos órgãos comunitários e à livre circulação desses dados, e são processados pela AN de acordo com as disposições legais do direito nacional.

Os dados são tratados exclusivamente para efeitos da execução, gestão e acompanhamento da convenção pela entidade que age como responsável pelo tratamento dos dados, nos termos do Artigo 1.6.1, sem prejuízo da sua eventual transmissão a organismos encarregados de uma missão de acompanhamento ou inspeção em conformidade com a legislação nacional.

O beneficiário tem o direito de aceder aos seus dados pessoais e de os retificar. Se o beneficiário tiver quaisquer questões relativas ao tratamento dos seus dados

personais, deve colocá-las à entidade responsável pelo tratamento dos dados identificada no Artigo I.6.1.

O beneficiário tem o direito de interpor recurso, a qualquer momento, junto da Autoridade Europeia para a Proteção de Dados.

II.6.2 Tratamento de dados pessoais pelo beneficiário

Quando a convenção exigir o tratamento de dados pessoais pelo Beneficiário, este só poderão atuar sob a supervisão da entidade responsável pelo tratamento dos dados identificado no Artigo I.6.1, em especial no que se refere aos objetivos do tratamento, à determinação das categorias dos dados que podem ser tratados, aos destinatários dos dados e à forma como a pessoa em causa pode exercer os seus direitos.

Ao Beneficiário só é permitido o acesso aos dados pelo seu pessoal na medida do estritamente necessário para a execução, gestão e acompanhamento da convenção.

O Beneficiário compromete-se a adotar medidas de segurança adequadas, a nível técnico e organizacional, tendo em conta os riscos inerentes ao tratamento e à natureza dos dados pessoais em causa, a fim de:

- a) Impedir que uma pessoa não autorizada tenha acesso aos sistemas informáticos de tratamento dos dados pessoais, em especial:
 - (i) A leitura, cópia, alteração ou remoção não autorizada dos suportes de armazenamento;
 - (ii) A inserção de dados não autorizada, bem como qualquer divulgação, alteração ou supressão não autorizada dos dados pessoais armazenados;
 - (iii) A utilização por pessoas não autorizadas dos sistemas de tratamento de dados através de equipamento de transmissão de dados;

- b) Garantir que os utilizadores autorizados de um sistema de processamento de dados só podem aceder aos dados pessoais abrangidos pelo seu direito de acesso;
- c) Registrar quais os dados pessoais comunicados, quando e a quem;
- d) Garantir que o tratamento de dados pessoais por conta de terceiros só possa ser efetuado nos moldes definidos pela AN;
- e) Assegurar que durante a comunicação de dados pessoais e transporte de suportes de dados, estes não possam ser lidos, copiados ou apagados sem autorização;
- f) Conceber a sua estrutura organizacional de modo a cumprir os requisitos de proteção dos dados.

ARTIGO II.7 - VISIBILIDADE DO FINANCIAMENTO DA UNIÃO

II.7.1 Informação sobre o financiamento da União e a utilização do símbolo da União Europeia

Qualquer comunicação ou publicação do Beneficiário relacionadas com o Projecto, incluindo em conferências, seminários ou quaisquer materiais informativos ou promocionais (como brochuras, folhetos, cartazes, apresentações, etc.), deve indicar que a ação recebeu financiamento da União e deve conter o símbolo da União Europeia. http://ec.europa.eu/dgs/education_culture/publ/graphics/identity_en.htm e http://ec.europa.eu/dgs/communication/services/visual_identity/pdf/use-emblem_en.pdf

Quando apresentado em associação com outro logótipo, o símbolo da União Europeia deve ter o destaque adequado.

A obrigação de apresentar o símbolo da União Europeia não confere aos beneficiários o direito de utilização exclusiva do mesmo. Os beneficiários não devem apropriar-se

do símbolo da União Europeia nem de qualquer marca ou logótipo semelhante, quer por registo ou por qualquer outro meio.

II.7.2 Declarações de exoneração de responsabilidade da AN e da Comissão

Qualquer comunicação ou publicação do beneficiário relacionada com o Projecto realizado, seja qual for a forma ou o suporte utilizados, deve mencionar que apenas compromete o seu autor e que a AN e Comissão não são responsáveis pela utilização que possa ser feita das informações aí contidas.

ARTIGO II.8 - DIREITOS PREEXISTENTES, PROPRIEDADE E UTILIZAÇÃO DOS RESULTADOS (INCLUINDO DIREITOS DE PROPRIEDADE INTELECTUAL E INDUSTRIAL)

II.8.1 Propriedade dos resultados pelo beneficiário

Salvo disposição em contrário da convenção, a propriedade dos resultados do Projecto, dos relatórios e de outros documentos a esta relativos, incluindo os direitos de propriedade industrial e intelectual, pertencerão ao beneficiário.

II.8.2 Direitos de propriedade intelectual e industrial preexistentes

Quando existam direitos de propriedade industrial e intelectual, incluindo direitos de terceiros, anteriores à celebração da presente convenção, o Beneficiário deve elaborar uma lista que especifique todos os direitos de propriedade e de utilização, bem como os direitos de propriedade intelectual e industrial preexistentes e comunicá-la à AN, o mais tardar antes do início da execução.

O Beneficiário deve assegurar que dispõe, ou que as suas entidades afiliadas dispõem, de todos os direitos que permitem a utilização durante a execução da convenção de quaisquer direitos de propriedade intelectual e industrial preexistentes

II.8.3 Direitos de utilização pela AN e a União dos resultados e dos direitos preexistentes

Sem prejuízo dos artigos II.1, II.3 e II.8.1, o Beneficiário concede à União o direito de utilização dos resultados do Projecto para os seguintes efeitos:

a) Utilização para os seus próprios fins, nomeadamente disponibilização a pessoas que trabalhem para a AN, a outras instituições, agências e órgãos da União e a instituições dos Estados-Membros, bem como para os copiar e reproduzir, na totalidade ou em parte, e em número ilimitado de cópias;

b) Distribuição ao público, nomeadamente publicação em papel e em formato eletrónico ou digital, publicação na Internet, incluindo no sítio Web Europa como ficheiro transferível ou não transferível, radiodifusão por qualquer técnica de transmissão, exibição ou apresentação pública, comunicação através dos serviços de informação da imprensa, inclusão em bases de dados ou índices globalmente acessíveis;

c) Tradução;

d) Concessão de acesso mediante pedidos individuais, sem direito de reprodução ou exploração, tal como previsto no Regulamento (CE) n.º 1049/2001 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 30 de maio de 2001, relativo ao acesso do público aos documentos do Parlamento Europeu, do Conselho e da Comissão;

e) Armazenamento em formato de papel, eletrónico ou outro;

f) Arquivamento, em harmonia com as regras de gestão de documentos aplicáveis à AN e a Comissão;

g) Autorizar ou sublicenciar a terceiros os modos de exploração definidos nas alíneas b) e c).

Podem incluir-se outros direitos de utilização pela AN/União nas Condições Específicas.

O Beneficiário deve garantir à AN e/ou União o direito de utilizar quaisquer direitos de propriedade industrial e intelectual preexistentes que tenham sido incluídos nos

resultados do Projecto. Salvo disposto em contrário nas Condições Específicas, esses direitos preexistentes devem ser utilizados para os mesmos efeitos e sob as mesmas condições aplicáveis aos direitos de utilização dos resultados da Projecto.

As informações sobre o titular dos direitos de autor devem ser mencionadas aquando da divulgação dos resultados pela AN e União. Devem ser apresentadas conforme se segue: «© - ano - nome do titular dos direitos de autor. Todos os direitos reservados. Licenciado à União Europeia sob condições».

ARTIGO II.9 - ADJUDICAÇÃO DE CONTRATOS NECESSÁRIOS PARA A EXECUÇÃO DO PROJECTO

II.9.1

Se a execução do Projecto exigir a aquisição de bens, obras ou serviços, o beneficiário deve adjudicar o contrato ao candidato que apresente a proposta economicamente mais vantajosa ou, se apropriado, ao candidato que ofereça o preço mais baixo. Deste modo, deve evitar eventuais conflitos de interesses.

O Beneficiário que aja na qualidade de autoridade adjudicante na aceção da Diretiva 2004/18/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 31 de março de 2004, relativa à coordenação dos processos de adjudicação dos contratos de empreitada de obras públicas, dos contratos públicos de fornecimento e dos contratos públicos de serviços, ou de entidade adjudicante na aceção da Diretiva 2004/17/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 31 de março de 2004, relativa à coordenação dos processos de adjudicação de contratos nos setores da água, da energia, dos transportes e dos serviços postais, devem cumprir as regras nacionais aplicáveis em matéria de contratos públicos.

II.9.2

O Beneficiário deve ser o único responsável pela realização da ação e pelo respeito das disposições da convenção. O Beneficiário deve assegurar que qualquer contrato público contém disposições que determinem que o adjudicatário não tem quaisquer direitos face à AN nos termos da convenção.

II.9.3

O beneficiário deve assegurar que as condições que lhe são aplicáveis nos termos dos artigos II.3, II.4, II.5, II.8 , II.20 e II.21 são igualmente aplicáveis ao adjudicatário do contrato.

ARTIGO II.10 - SUBCONTRATAÇÃO DE TAREFAS QUE FAZEM PARTE DO PROJECTO

II.10.1 Um «subcontrato» é um contrato público na aceção do Artigo II.9, que abrange a execução, por um terceiro, de tarefas que fazem parte do Projecto, descritas no Anexo I.

II.10.2 O Beneficiário pode subcontratar tarefas que fazem parte do Projecto, desde que, para além das condições especificadas no Artigo II.9 e nas condições específicas, sejam respeitadas as seguintes condições:

- a) A subcontratação abrange apenas a execução de uma parte limitada do Projecto;
- b) O recurso à subcontratação deve ser justificado em relação à natureza do Projecto e às necessidades da sua execução;
- c) Os custos estimados da subcontratação sejam claramente identificáveis no orçamento previsional apresentado no Anexo II;
- d) Qualquer recurso à subcontratação, se não estiver previsto no Anexo I, comunicado pelo beneficiário e aprovado pela AN, sem prejuízo do disposto no Artigo II.11.2;
- e) O Beneficiário assegura que as condições que lhe são aplicáveis nos termos do Artigo II.7 são igualmente aplicáveis ao subcontratante.

ARTIGO II.11 - ALTERAÇÕES À CONVENÇÃO

II.11.1 Qualquer alteração à convenção deve ser efetuada por escrito.

II.11.2 A alteração não pode ter por objeto ou efeito introduzir na convenção alterações substanciais suscetíveis de pôr em causa a decisão de concessão da subvenção ou de infringir a igualdade de tratamento dos requerentes da subvenção.

II.11.3 Qualquer pedido de alteração deve ser devidamente justificado e enviado à outra parte atempadamente, antes da produção de efeitos e, em todo o caso, um mês antes do final do prazo definido no Artigo I.2.2, salvo em casos devidamente justificados pela parte que requer a alteração e aceites pela outra parte.

II.11.4 As alterações entram em vigor na data da última assinatura pelas partes ou na data da aprovação do pedido de alteração.

As alterações produzem efeitos numa data acordada pelas partes ou, na sua ausência, na data em que a alteração entra em vigor.

ARTIGO II.12 - CESSÃO DE CRÉDITOS PARA PAGAMENTOS A TERCEIROS

II.12.1 Os créditos detidos pelo beneficiário perante a AN não podem ser cedidos a terceiros, salvo em casos devidamente justificados em função da situação.

A cessão apenas será oponível à AN se esta tiver aceitado a cessão com base num pedido por escrito e motivado, elaborado para esse efeito pelo beneficiário, em nome dos Beneficiário. Na ausência da referida aceitação, ou em caso de incumprimento das condições aí estipuladas, a cessão não produz efeitos em relação à AN.

II.12.2 Uma tal cessão não pode, em caso algum, isentar o beneficiário das suas obrigações face à AN.

ARTIGO II.13 - FORÇA MAIOR

- II.13.1** Entende-se por «força maior» qualquer situação ou acontecimento imprevisível e excecional, independente da vontade das partes e não imputável a falta ou negligência de uma delas ou das entidades por si subcontratadas, das entidades afiliadas ou de terceiros envolvidos na execução, que impeça a execução, por qualquer das partes, de uma das suas obrigações decorrentes da convenção e que não pôde ser resolvido apesar das diligências realizadas. A falha de um serviço, os defeitos de equipamento ou material ou o atraso na sua disponibilização, a menos que resulte diretamente de um caso relevante de força maior, bem como os conflitos laborais, greves ou dificuldades financeiras, não podem ser invocados como casos de força maior.
- II.13.2** Se uma das partes for confrontada com um caso de força maior, deve notificar formalmente de imediato a outra parte, indicando a sua natureza, duração provável e efeitos previsíveis.
- II.13.3** As partes da convenção devem tomar todas as medidas necessárias para minimizar os eventuais danos resultantes de um caso de força maior. Devem envidar todos os esforços para retomar a execução do Projecto logo que possível.
- II.13.4** A parte afetada pela força maior não será considerada como tendo faltado a uma das suas obrigações convencionais, se tiver sido impedida por um caso de força maior.

ARTIGO II.14 - SUSPENSÃO DA EXECUÇÃO DO PROJECTO

II.14.1 Suspensão da execução pelo beneficiário

O beneficiário pode suspender a execução do Projecto, ou de parte da mesma, quando circunstâncias excecionais, nomeadamente de força maior, tornarem a referida execução impossível ou demasiado difícil. O beneficiário deve informar

imediatamente do facto à AN, comunicando todas as justificações e especificações necessárias, bem como a data previsível do recomeço dos trabalhos.

Salvo se a convenção for resolvida nos termos do Artigo II.15.1 ou das alíneas b) ou c) do Artigo II.15.2.1, o beneficiário deve retomar a execução do projecto assim que estejam reunidas as condições para o efeito, e informar imediatamente a AN, apresentando um pedido de alteração da convenção como previsto no Artigo II.14.3.

II.14.2 Suspensão da execução pela AN

II.14.2.1 A AN pode suspender a execução do Projecto, na sua totalidade ou em parte:

- a) Se a AN tiver provas de que o beneficiário é responsável por erros substanciais, irregularidades ou fraude no procedimento de concessão ou na execução da convenção ou se o beneficiário não cumprir as suas obrigações decorrentes da convenção;
- b) Se a AN suspeitar de que o beneficiário é responsável por erros substanciais, irregularidades, fraude ou incumprimento das obrigações no procedimento de concessão ou na execução da convenção e precisar de verificar se estes ocorreram efetivamente.

II.14.2.2 Antes de suspender a execução, a AN notifica formalmente o beneficiário da sua intenção de suspender, especificando as razões para esse facto e, nos casos mencionados nas alíneas a) do Artigo II.14.2.1, as condições necessárias para retomar a execução. O beneficiário será convidado a apresentar as suas observações no prazo de 30 dias de calendário a partir da receção da notificação.

Se, após o exame das observações apresentadas pelo beneficiário, a AN decidir interromper o procedimento de suspensão, esta deve notificar formalmente o beneficiário.

Se não tiverem sido apresentadas observações ou se, apesar das observações apresentadas pelo beneficiário, a AN decidir prosseguir com o procedimento de suspensão, esta pode suspender a execução através de notificação formal dirigida ao beneficiário, especificando os motivos da suspensão e, nos casos mencionados nas alíneas a) do Artigo II.14.2.1, as condições definitivas para retomar a execução ou, no caso mencionado na alínea b) do Artigo II.14.2.1, a data indicativa de conclusão da verificação necessária.

A suspensão produz após a boa recepção da notificação pelo beneficiário, ou numa data posterior, se eventualmente prevista na notificação.

Para retomar a execução, o Beneficiário deve tomar todas as medidas para satisfazer o mais rapidamente possível as condições indicadas na notificação e deve informar a AN de quaisquer progressos efetuados neste sentido.

Exceto se a convenção for denunciada nos termos do Artigo II.15.1 e/ou das alíneas b) ou h) do Artigo II.15.2.1, assim que considerar que estão reunidas as condições para que a execução seja retomada, ou que foram realizadas as verificações necessárias, incluindo controlos no local, a AN, deve notificar formalmente o beneficiário e convidá-lo a apresentar um pedido de alteração da convenção nos termos do Artigo II.14.3.

II.14.3 Efeitos da suspensão

Se a execução do Projecto puder ser retomada e a convenção não for resolvida, a convenção deve ser alterada nos termos do Artigo II.11 de modo a definir a data em que o projecto deve ser retomado, a extensão da duração da ação e as eventuais modificações que possam ser necessárias para adaptar o Projecto às novas condições de execução.

A suspensão considera-se levantada a partir da data em que o Projecto é retomado de comum acordo entre as partes nos termos do primeiro parágrafo. Essa data pode ser anterior à data de entrada em vigor da alteração.

Os custos incorridos pelo Beneficiário durante o período de suspensão para executar total ou parcialmente a ação suspensa não são reembolsados nem cobertos pela subvenção.

O direito de a AN suspender a execução não prejudica o seu direito de resolver a convenção nos termos do Artigo II.15.2, nem o seu direito de reduzir a subvenção ou recuperar montantes indevidamente pagos, nos termos dos artigos II.18.4 e II.19.

Nenhuma das partes terá direito a pedir indemnização por motivos de suspensão pela outra parte.

ARTIGO II.15 - RESOLUÇÃO DA CONVENÇÃO

II.15.1 Resolução da convenção pelo beneficiário

Em casos devidamente justificados, o beneficiário pode resolver a convenção, mediante notificação formal dirigida à AN, identificando claramente os motivos e especificando a data em que a resolução produz efeitos. A notificação deve ser enviada antes da data em que a resolução da convenção produz efeitos.

Na ausência de fundamentação ou caso a AN considere que os motivos expostos não justificam a resolução, esta deve notificar o beneficiário, especificando os motivos dessa decisão, sendo a resolução considerada abusiva, com as consequências previstas no terceiro subparágrafo do Artigo II.15.3.

II.15.2 Resolução da convenção pela AN

II.15.2.1 A AN pode decidir resolver a convenção nas seguintes circunstâncias:

- a) Quando uma alteração jurídica, financeira, técnica, organizacional ou de propriedade do beneficiário for suscetível de afetar a execução da convenção de maneira substancial ou de pôr em causa a decisão de concessão da subvenção;

- b) Quando o beneficiário não executar o Projecto tal como especificado no Anexo I ou não cumprir com outra obrigação substancial que lhe incumba nos termos da convenção;
- c) Em caso de força maior, notificada em conformidade com o Artigo II.13, ou em caso de suspensão pelo beneficiário em resultado de circunstâncias excepcionais, notificada em conformidade com o Artigo II.14, quando for impossível retomar a execução ou quando as modificações necessárias à convenção puserem em causa a decisão de concessão da subvenção ou resultarem no tratamento desigual dos requerentes;
- d) Se o beneficiário for objeto de um processo de falência, de liquidação, de cessação de atividade, ou estiver sujeito a qualquer outro meio preventivo de liquidação de património ou em qualquer outra situação análoga resultante de um processo da mesma natureza nos termos da legislação e regulamentação nacionais;
- e) Se o beneficiário ou qualquer pessoa relacionada, de acordo com a definição do segundo sub-parágrafo, tiver sido considerado culpado por falta grave em matéria profissional, comprovada por qualquer meio;
- f) Se o beneficiário não tiver cumprido as suas obrigações relativamente ao pagamento das contribuições para a segurança social ou ao pagamento de impostos de acordo com as disposições legais do país em que se encontre estabelecido ou em que o projecto seja executado;
- g) Se a Comissão tiver provas de que o beneficiário ou qualquer pessoa relacionada, de acordo com a definição do segundo parágrafo, esteve envolvido em fraude, corrupção, participação numa organização criminosa, branqueamento de capitais ou qualquer outra atividade ilegal lesiva dos interesses financeiros da União;
- h) Se a AN tiver provas de que o beneficiário ou qualquer pessoa relacionada, de acordo com a definição do segundo sub-parágrafo, é

responsável por erros substanciais, irregularidades ou fraude no procedimento de concessão ou na execução da convenção, nomeadamente em caso de apresentação de informações falsas ou de omissão de informações exigidas para obter a subvenção prevista na convenção;ou

Para efeitos das alíneas e), g) e h), entende-se por «qualquer pessoa relacionada» qualquer pessoa singular com poderes para representar o beneficiário ou tomar decisões em seu nome.

II.15.2.2 Antes de resolver a presente convenção a AN deve notificar formalmente o beneficiário da sua intenção, especificando os motivos e convidando-o, no prazo de 45 dias de calendário a contar da receção da notificação, a apresentar as suas observações, em representação dos Beneficiário, e, no caso da alínea b) do Artigo II.15.2.1, a informar a AN sobre as medidas tomadas para garantir que continua a cumprir as suas obrigações no âmbito da convenção.

Se, após o exame das observações apresentadas pelo beneficiário, a AN decidir interromper o procedimento de resolução, esta deve notificar formalmente o beneficiário.

Se não foram apresentadas observações ou se, apesar das observações apresentadas pelo beneficiário, a AN decide prosseguir o procedimento de rescisão, poderá rescindir o contrato ou a participação de quaisquer Beneficiário um ou vários notificando formalmente o beneficiário do mesmo, especificando os motivos para a rescisão.

Nos casos previstos nas alíneas a), b), d) e f) do Artigo II.15.2.1, a notificação formal deve especificar a data em que a resolução produz efeitos. Nos casos previstos nas alíneas d), c), e), g) e h) do Artigo II.15.2.1, a resolução produz efeitos no dia seguinte à data de receção pelo beneficiário da notificação formal.

II.16.3 Efeitos da resolução

Consumada a resolução, os pagamentos pela AN limitam-se ao montante determinado de acordo com o Artigo II.18, com base nos custos elegíveis incorridos pelos Beneficiário e no nível real de execução do Projecto à data em que a resolução produz efeitos. Os custos relacionados com os compromissos em curso, mas destinados a ser executados após a resolução, não são tomados em consideração. O beneficiário dispõe de um prazo de 60 dias a contar da data em que a resolução da convenção produz efeitos nos termos dos artigos II.15.1 e II.15.2.2 para apresentar um pedido de pagamento do saldo, em conformidade com o disposto no Artigo I.4.3. Se não for recebido qualquer pedido de pagamento do saldo dentro deste prazo, a AN não terá que reembolsar nem cobrir quaisquer custos que não estejam incluídos no relatório intercalar e final aprovado pela AN. Nos termos do Artigo II.19, a AN procede à recuperação de qualquer montante já pago, desde que a sua utilização não seja substanciada pelos relatórios intercalar e final.

Nos casos em que a AN procede à resolução da convenção nos termos da alínea b) do Artigo II.15.2.1 por o beneficiário não ter apresentado o pedido de pagamento e, após notificação para o efeito, este não tiver cumprido essa obrigação no prazo estipulado no Artigo I.4.5, aplicar-se-á o primeiro parágrafo, sujeito ao seguinte:

- a) Não será concedido um prazo adicional, a contar da data em que a resolução da convenção produz efeitos, para o beneficiário apresentar um pedido de pagamento do saldo nos termos do Artigo I.4.3; e
- b) A AN não terá que reembolsar nem cobrir quaisquer custos incorridos pelo beneficiário até à data da resolução da convenção ou até ao final do prazo definido no Artigo I.2.2, consoante a data que ocorrer primeiro, que não estejam justificados no relatório intercalar e/ou final aprovado pela AN.

Para além do primeiro e segundo sub- parágrafos, em caso de resolução abusiva da convenção pelo beneficiário na aceção do Artigo II.15.1 e em caso de resolução da da Convenção pela AN na aceção das alíneas b), e) g) e h) do Artigo II.15.2.1, a AN também pode reduzir a subvenção ou recuperar os montantes indevidamente pagos nos termos dos artigos II.18.4 e II.19, proporcionalmente à gravidade das faltas em

questão e após ter sido dada ao beneficiário a oportunidade de apresentar as suas observações.

Nenhuma das partes terá direito a pedir indemnização por motivos de resolução pela outra parte.

PARTE B - DISPOSIÇÕES FINANCEIRAS

ARTIGO II.16 - CUSTOS ELEGÍVEIS

ARTIGO II.16 - os custos elegíveis

II.16.1 Financiamento em forma de contributos unitários

Sempre que a subvenção assuma a forma de contributos unitários, os mesmos devem reunir as seguintes condições:

- a) devem ser realmente utilizados ou produzidos no período previsto no Artigo I.2.2.;
- b) devem ser necessárias para a implementação do Projeto ou produzidos por ele;
- c) devem ser identificáveis e verificáveis, em especial, apoiados por registos e documentação especificadas no Artigo II.16.2

II.16.2 Calculo dos contributos unitários

II.16.2.1 Acção- Chave 1 - Educação para Adultos

Não Aplicável

II.16.2.2 Acção- Chave 1 - Ensino profissional e formação

Não Aplicável

II.16.2.3 Acção- Chave 1 - Ensino Superior

Não Aplicável

II.16.2.4. Acção-Chave 2 - Parcerias Estratégicas entre escolas

Não Aplicável

II.16.2.5. Acção - Chave 3- Diálogo Estruturado no âmbito da Juventude

A. Viagens

a) Cálculo do montante de subvenção: o montante da subvenção é calculado multiplicando-se o número de participantes pelo custo unitário aplicável à distância-banda em causa, conforme especificado no Anexo III da Convenção. O custo unitário por distância-banda representa a viagem de ida-volta entre o local de partida e o ponto de chegada.

b) Condição Prévia: o direito à subvenção depende da realização efectiva da viagem reportada.

c) Documentos de Suporte

- Para viagens a ter lugar entre a residência do participante e a organização de acolhimento: a prova da presença na actividade internacional far-se-á mediante uma declaração assinada pelo participante, especificando o local e data de início e término da actividade mencionada, bem como o nome e endereço electrónico do participante.

- No caso da viagem corresponder a um local diferente da residência do participante e /ou se viajar para um local diferente da sede da organização de acolhimento, o itinerário da viagem será comprovado com bilhetes de viagem ou outras facturas, especificando o local de partida e o ponto de chegada.

B. Apoio Organizacional

a) Cálculo do montante da subvenção: o montante da subvenção é calculado multiplicando-se o número de dias por participante pelo custo unitário aplicável por dia em vigor no país de acolhimento, conforme o especificado no Anexo III da Convenção.

b) Condição prévia: o direito à subvenção depende da participação efectiva na actividade de dialogo estruturado no período previsto.

c) Documentos de Suporte: a prova da presença em actividades de dialogo estruturado far-se-á mediante uma declaração assinada pelo participante, especificando o local e data de início e término da atividade mencionada, bem como o nome e endereço electrónico do participante

II.16.3 Condições de elegibilidade e reembolso dos custos reais

Os custos reais do Projecto assumem a forma de reembolso, caso satisfaçam cumulativamente os seguintes critérios:

- a) Serem efetivamente suportados pelo beneficiário;
- b) Serem incorridos durante o prazo definido no Artigo I.2.2;
- c) Estarem indicados no orçamento previsional constante do Anexo II ou elegíveis mediante a transferências entre rubricas, nos termos do Artigo I.3.2;
- d) Serem incorridos em relação o Projecto, conforme descrito no Anexo I, e serem necessários para a sua execução;
- e) Serem identificáveis e controláveis, em especial estarem registados na contabilidade do beneficiário e serem determinados segundo os princípios contabilísticos aplicáveis do país em que o beneficiário está estabelecido e segundo as práticas habituais da contabilidade de custos do beneficiário;
- f) Obedecerem aos requisitos das normas fiscais e laborais aplicáveis;
- g) Serem razoáveis, justificados e respeitarem o princípio da boa gestão financeira, nomeadamente no que se refere à economia e à eficiência.
- h) Não estarem abrangidos por contributos unitários, conforme o disposto no Artigo II.16.1.

II.16.4 Cálculo dos custos reais

II.16.4.1 Acção Chave 1 - Educação para Adultos, Ensino Superior

Não aplicável

II.16.4.2 Acção Chave 1 - Ensino Profissional e Formação

Não aplicável

II.16.4.3 Acção Chave 2 - Parcerias Estratégicas entre escolas

Não Aplicável

II.16.4.4 Acção Chave 3 - Diálogo Estruturado no âmbito da Juventude

A. Apoio às Necessidades Especiais

a) Cálculo do montante: os custos são reembolsados a 100% face aos custos elegíveis realmente incorridos.

b) Custos elegíveis: custos que são indispensáveis à participação de pessoas com necessidades especiais no Projecto e que acrescem aos custos unitários, conforme especificado no Artigo II.16.1.

c) Documentos de Suporte: facturas/recibos dos custos realmente incorridos, especificando o nome e morada do sujeito emissor, o montante e a moeda, e a data de emissão.

B. Custos Excepcionais

a) Cálculo do montante: os custos são reembolsados a 100% face aos custos elegíveis realmente incorridos.

b) Custos elegíveis:

-custos relacionados com vistos, autorizações de residência, vacinação dos participantes em actividades de mobilidade internacional

-custos relacionados com consultas (online), sondagens a jovens se necessário à implementação do Projecto.

c) Documentos de suporte:

-nos custos relacionados com vistos, autorizações de residência e vacinação: prova de pagamento mediante a apresentação de facturas/recibos dos custos realmente incorridos, especificando o nome e morada do sujeito emissor, o montante e a moeda, e a data de emissão.

-nos custos relacionados com consultas (online), sondagens a jovens: prova de pagamento mediante a apresentação de facturas/recibos dos custos relacionados, especificando o nome e morada do sujeito emissor, o montante e a moeda, e a data de emissão

II.16.5 Custos inelegíveis

Para além de quaisquer outros custos que não satisfaçam as condições definidas no Artigo II.16.1 e II.16.3, os seguintes custos não são considerados elegíveis:

- a) A remuneração do capital;
- b) As dívidas e os encargos da dívida;
- c) As provisões para perdas ou dívidas;
- d) Os juros devedores;
- e) Os créditos duvidosos;
- f) As perdas cambiais;

- g) As despesas de abertura e de transferências operacionais cobradas pelo banco do beneficiário (incluindo os custos de transferências da AN cobradas pelo banco do beneficiário)
- h) Os custos declarados pelo beneficiário no quadro de um outro Projecto que receba uma subvenção financiada pelo orçamento da União (incluindo subvenções concedidas por um Estado-Membro e financiadas a partir do orçamento da União e subvenções concedidas por outros órgãos que não a Comissão para a execução do orçamento da União); em especial, os custos indiretos não são elegíveis no caso de uma subvenção de um Projecto concedido a um beneficiário que já receba uma subvenção de funcionamento financiada pelo orçamento da União durante o período em causa;
- i) No caso de aluguer ou cedência de equipamento, qualquer custo de aquisição do mesmo no término do período de aluguer ou cedência;
- j) As contribuições em espécie de terceiros;
- k) As despesas excessivas ou mal programadas;
- l) O IVA dedutível.

ARTIGO II.17 - PAGAMENTOS E MODALIDADES DE PAGAMENTO

II.17.1 Garantia Financeira

Quando o pagamento de pré-financiamentos é condicionado à apresentação de uma Garantia Financeira, a mesma deverá ser reproduzida considerando as seguintes condições:

- a) ser emitida por uma entidade bancária e/ou financeira, ou, a pedido do beneficiário e aceite pela AN, por terceiros;
- b) o fiador permanece como garante da dívida, não sendo exigido à AN que interponha recurso contra o devedor principal (ou seja, o beneficiário em causa)

c) Permanência em vigor até que o pré-financiamento dê azo ao pagamento do saldo pela AN, e, caso o pagamento do saldo seja cumprido nos termos do Artigo II.19, três meses após a notificação do beneficiário, em conformidade com o segundo sub-parágrafo do Artigo II.19.2, a AN deverá dispensar a garantia no período do mês seguinte.

II.17.2 Suspensão do prazo de pagamento

O prazo de pagamento fixado nos Artigos I.4.2 e I.4.4 pode ser suspenso pela AN em qualquer momento mediante notificação ao beneficiário de que o seu pedido de pagamento não pode ser aceite por não ser conforme com as disposições da convenção, por não terem sido apresentados os documentos comprovativos adequados ou por suspeita de não elegibilidade de determinadas despesas constantes no relatório intercalar e/ou final.

O beneficiário deve ser notificado logo que possível dessa suspensão, bem como dos respetivos motivos.

A suspensão produz efeitos na data de envio da notificação pela AN. O prazo de pagamento remanescente é retomado assim que a informação ou os documentos revistos solicitados tenham sido recebidos ou que as verificações adicionais necessárias tenham sido realizadas, incluindo verificações no local. Se a suspensão exceder dois meses, o beneficiário pode solicitar à AN que decida sobre a continuação da suspensão.

Se o prazo de pagamento for suspenso na sequência da rejeição de um dos relatórios intercalares previstos no Artigo I.4.2 e/ou o relatório final apresentado também for rejeitado, a AN reserva-se o direito de pôr termo à convenção nos termos do Artigo II.15.2.1, alínea b), com os efeitos descritos no Artigo II.15.3.

II.17.3 Suspensão de pagamentos

A AN pode, a qualquer momento durante a execução da convenção, suspender os pagamentos de pré-financiamento, pagamentos intermédios ou pagamento do saldo para o Beneficiário:

- a) Se a AN tiver provas de que o beneficiário é responsável por erros substanciais, irregularidades ou fraude no procedimento de concessão ou na execução da subvenção ou se o beneficiário não cumprir as suas obrigações decorrentes da convenção;
- b) Se a AN suspeitar de que o beneficiário é responsável por erros substanciais, irregularidades, fraude ou incumprimento das obrigações no procedimento de concessão ou na execução da convenção e precisar de verificar se estes ocorreram efetivamente.

Antes de suspender os pagamentos, a AN notifica formalmente o beneficiário da sua intenção de suspender os pagamentos, especificando as razões para esse facto e, nos casos mencionados na alínea a) do primeiro subparágrafo, as condições necessárias para retomar os pagamentos. O beneficiário será convidado a apresentar as suas observações no prazo de 30 dias de calendário a partir da receção da notificação.

Se, após o exame das observações apresentadas pelo beneficiário, a AN decidir interromper o procedimento de suspensão dos pagamentos, esta deve notificar formalmente o beneficiário.

Se não tiverem sido apresentadas observações ou se, apesar das observações apresentadas pelo beneficiário, a AN decidir prosseguir com o procedimento de suspensão do pagamento, através de notificação formal dirigida ao beneficiário, especificando os motivos da suspensão e, no caso mencionado na alínea a) do primeiro sub-parágrafo, as condições definitivas para retomar os pagamentos ou, no caso mencionado na alínea b) do primeiro sub-parágrafo, a data indicativa de conclusão da verificação necessária.

A suspensão dos pagamentos produz efeitos na data de envio da notificação pela AN.

Para que os pagamentos possam ser retomados, o Beneficiário deve tomar todas as medidas para satisfazer, o mais rapidamente possível, as condições indicadas na notificação e deve informar a AN de quaisquer progressos realizados neste sentido.

A AN, assim que considerar que estão reunidas as condições para retomar os pagamentos ou que tenham sido realizadas as verificações necessárias, incluindo

verificações no local, incluindo on spot checks, deve notificar formalmente o beneficiário.

Durante o período de suspensão dos pagamentos e sem prejuízo do direito de suspender a execução nos termos do Artigo II.14.1 ou de resolver a convenção nos termos do Artigo II.15.1, o beneficiário não tem direito a apresentar os pedidos de pagamento.

Os pedidos de pagamento e documentos comprovativos correspondentes podem ser apresentados, logo que possível, após a retoma dos pagamentos ou podem ser incluídos no primeiro pedido de pagamento devido na sequência da retoma dos pagamentos, de acordo com o calendário apresentado no Artigo I.4.2 e I.4.3.

II.17.4 Notificação dos montantes devidos

A AN deve enviar uma notificação formal com os montantes devidos, especificando se se trata de um novo pagamento de pré-financiamento, de um pagamento intermédio ou do pagamento do saldo. No caso do pagamento do saldo, a AN deve especificar igualmente o montante final da subvenção determinado nos termos do Artigo II.18.

II.17.5 Juros de mora

Após expiração dos prazos de pagamento especificados nos artigos I.4.2, I.4.3, I. 4.4 e II.17.1, sem prejuízo do disposto nos artigos II.17.2 e II.17.3, o beneficiário tem direito a juros de mora. Os juros a pagar não são tidos em consideração na determinação do montante final da subvenção na aceção do Artigo II.18.3.

O juro de mora será determinado nos termos das disposições nacionais aplicáveis na Convenção ou nos termos do regulamento interno da AN.

Na ausência de provisões o juro de mora determina-se com base nos seguintes termos:

- a) O juro de mora baseia-se na taxa aplicada pelo Banco Central Europeu às suas operações principais de refinanciamento em euros («taxa de referência»),

acrescida de três pontos e meio. A taxa de referência será a taxa em vigor no primeiro dia do mês em que termina o prazo de pagamento, publicada na série C do Jornal Oficial da União Europeia.

- b) A suspensão do prazo de pagamento, nos termos do Artigo II.17.2, ou do pagamento pela AN nos termos do Artigo II.17.3, não pode ser considerada como um atraso no pagamento.
- c) Os juros de mora devem cobrir o período entre o dia seguinte à data em que o pagamento é devido e a data de pagamento efetiva, inclusive, tal como definido no Artigo II.17.7.
- d) Em derrogação do disposto, quando os juros calculados forem iguais ou inferiores a 200 EUR, estes só serão pagos ao beneficiário mediante pedido que deve ser apresentado no prazo de dois meses a contar do recebimento do pagamento em atraso.

II.17.6 Moeda dos pagamentos

Os pagamentos da AN ao beneficiário são efetuados em euros.

Sempre que as contas do beneficiário sejam processadas em euros, deve converter os custos incorridos em outra moeda para euros de acordo com as suas práticas contabilísticas regulares.

Sempre que o beneficiário processe as suas contas gerais noutra moeda que não o euro deve converter os custos incorridos noutra moeda em euros à média das taxas de câmbio diárias publicadas na série C do Jornal Oficial da União Europeia, determinados ao longo do correspondente período de relatório. Caso não haja publicação no Jornal Oficial da União Europeia da taxa de câmbio diária do euro para a moeda em questão, a conversão deve ser feita na média das taxas mensais de contabilidade estabelecidas pela Comissão e publicadas no endereço electrónico ([http://ec.europa.eu](http://ec.europa.eu/orçamento/contracts_grants/info_contracts/inforeuro/inforeuro_en.cfm) /orçamento /contracts_grants/info_contracts/inforeuro/inforeuro_en.cfm), determinado durante o período do relatório correspondente.

II.17.7 Data de pagamento

Os pagamentos da AN consideram-se efetuados na data em que são debitados à conta da AN, salvo disposição contrária da lei nacional.

II.17.8 Custos das transferências

Os custos das transferências são suportados da seguinte forma:

- a) Os custos da transferência cobrados pelo banco da AN são suportados pela AN;
- b) Os custos de receção da transferência cobrados pelo banco do beneficiário são suportados pelo beneficiário;
- c) Todos os custos resultantes da repetição de transferências causada por uma das partes são suportados pela parte que ocasionou essa repetição.

ARTIGO II.18 - DETERMINAÇÃO DO MONTANTE FINAL DA SUBVENÇÃO

II.18.1 Cálculo do montante final

Sem prejuízo dos artigos II.18.2, II.18.3 e II.18.4 o montante final da subvenção será determinado da seguinte forma:

- a) Quando a subvenção assumir a forma de reembolso de custos elegíveis, o montante será obtido aplicando a taxa de reembolso especificada nesse Artigo aos custos elegíveis do Projecto aprovado pela AN para as categorias de custos do beneficiário.
- b) Quando a subvenção assumir a forma de uma custos unitários, o montante será obtido multiplicando a custos unitários especificada nesse Artigo pelo número efetivo de unidades aprovadas pela AN relativamente ao beneficiário.

Quando o Anexo II prever uma combinação de diferentes formas de subvenções, esses montantes devem ser somados.

II.18.2 Montante máximo

O montante total pago ao Beneficiário pela AN não pode, em circunstância alguma, exceder o montante máximo especificado no Artigo I.3.1.

Quando o montante determinado nos termos do Artigo II.18.1 exceder este montante máximo, o montante final da subvenção será limitado ao montante máximo especificado no Artigo I.3.1.

II.18.3 Regra da inexistência de lucro e tomada em consideração das receitas

II.18.3.1 A subvenção não pode produzir lucro para o beneficiário. Entende-se por «lucro» um excedente das receitas sobre os custos elegíveis do Projecto.

II.18.3.2 As receitas a ter em conta são as receitas apuradas, geradas ou confirmadas na data em que o pedido de pagamento do saldo é efetuado pelo beneficiário, que se enquadrem numa das duas categorias seguintes:

- a) Receitas geradas pelo Projecto; ou
- b) Contribuições financeiras especificamente atribuídas pelos doadores para o financiamento dos custos elegíveis da ação reembolsados pela AN em conformidade com o Artigo I.3.

II.18.3.3 Não devem ser consideradas receitas a ter em conta na verificação da inexistência de lucro para o beneficiário:

- a) As contribuições financeiras referidas na alínea b) do Artigo II.18.3.2, que pode ser utilizado pelo Beneficiário para cobrir custos não elegíveis ao abrigo da convenção;
- b) As contribuições financeiras referidas no Artigo II.18.3.2, alínea b), cuja parte não utilizada não é devida aos doadores no final do período fixado no Artigo I.2.2;

II.18.3.4 Os custos elegíveis a ter em conta são os custos elegíveis aprovados pela AN para as categorias de custos reembolsadas de acordo com o Artigo II.16.

II.18.3.5 Quando o montante final da subvenção determinado nos termos do Artigo II.18.1 e Artigo II.18.2 resultar em lucro para o beneficiário, o lucro deve ser deduzido proporcionalmente à taxa final de reembolso dos custos diretos elegíveis da ação aprovados pela AN para as categorias de custos mencionadas no Artigo II.16.3. Esta taxa final deve ser calculada com base no montante final da subvenção, na forma mencionada no Artigo I.3.1, determinada nos termos dos artigos II.18.1 e II.18.2.

II.18.4 Redução por má execução, execução parcial ou tardia

Se o Projecto não for executado ou for executado de forma deficiente, parcial ou tardia, a AN pode reduzir a subvenção inicialmente prevista, de acordo com a execução efetiva da ação e nas condições previstas no Anexo III da convenção.

II.18.5 Notificação do montante final da subvenção

A AN deve informar o beneficiário do montante final da subvenção por meio de uma carta de notificação formal enviada no prazo de 60 dias a contar da receção do relatório final do beneficiário. O beneficiário deve fazer quaisquer observações sobre o montante final da subvenção no prazo de 30 dias corridos contados a partir da carta de notificação.

Caso o beneficiário remeta observações para a AN dentro do período autorizado, a AN deverá analisá-los e informar o beneficiário do montante final da subvenção por meio de uma carta de notificação especificando o montante final da subvenção revisto no prazo de 30 dias a contar da receção das observações do beneficiário.

O disposto no presente Artigo não prejudica a possibilidade de o beneficiário ou o AN de tomar medidas legais contra a outra parte, em conformidade com as disposições estabelecidas no Artigo I.8.

ARTIGO II.19 - RECUPERAÇÃO

II.19.1 Responsabilidade financeira

Quando um montante deva ser recuperado nos termos da convenção, o beneficiário deve reembolsar à AN o montante em questão, mesmo que não seja o destinatário final do montante devido.

II.19.2 Procedimento de recuperação

Antes da recuperação, a AN notificará formalmente o beneficiário em causa da sua intenção de recuperar o montante pago indevidamente, especificando o montante devido e os motivos para a recuperação e convidando o beneficiário a apresentar observações no prazo de 30 dias.

Caso o apresente observações no período previsto, a AN remete uma notificação à parte interessada nos termos da revisão do balanço final, do montante de reembolso e dos procedimentos para recuperação.

Se não forem apresentadas observações ou se, apesar das observações apresentadas pelo beneficiário, a AN decidir prosseguir com a recuperação, a AN pode confirmar a recuperação notificando formalmente o beneficiário através de numa nota de débito («nota de débito»), especificando os termos e a data do pagamento, ou recorrer, sempre que possível, à recuperação do débito mediante a dedução dos valores em falta em pagamentos actuais e/ou futuros à entidade beneficiária, quando por esta são geridas Convenções.

Se o pagamento não for efetuado pelo beneficiário até à data especificada na nota de débito, a AN recuperará o montante devido:

- a) Pelo acionamento da garantia financeira, se estiver prevista no Artigo I.4.1 («acionamento da garantia financeira»);
- b) Através de uma ação judicial, nos termos do Artigo I.8.

II.19.4 Juros de mora

Se o pagamento não tiver sido efetuado na data definida na nota de débito, o montante em dívida vencerá juros à taxa referida no Artigo II.17.5. Os juros de mora devem cobrir o período entre o dia seguinte à data de pagamento e a data em que a AN receber efetivamente o total do montante em dívida, inclusive.

Qualquer pagamento parcial será imputado primeiramente às despesas e juros de mora e em seguida ao capital

II.19.5 Despesas bancárias

As despesas bancárias associadas à recuperação das importâncias devidas à AN serão suportadas pelo beneficiário, exceto se se aplicar a Diretiva 2007/64/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 13 de novembro de 2007, relativa aos serviços de pagamento do mercado interno, que altera as Diretivas 97/7/CE, 2002/65/CE, 2005/60/CE e 2006/48/CE e revoga a Diretiva 97/5/CE.

ARTIGO II.20 - VERIFICAÇÕES, AUDITORIAS E AVALIAÇÃO

II.20.1 Verificações técnicas e financeiras

A AN e a Comissão podem realizar verificações técnicas e financeiras e auditorias relativamente à utilização da subvenção.

As informações e os documentos fornecidos no âmbito das verificações ou auditorias devem ser tratados com confidencialidade.

As verificações, auditorias ou avaliações da AN e Comissão podem ser realizadas diretamente pelos seus funcionários ou por um outro organismo externo autorizado para esse efeito. As verificações e/ou auditorias podem ser realizadas com base em controlos documentais nas instalações da AN, a Comissão ou qualquer pessoa ou entidade mandatada por eles, ou eles podem ter lugar na sede beneficiário ou outros locais e instalações onde o Projeto é ou foi conduzido.

O Beneficiário deve conceder à AN e à Comissão, bem como qualquer pessoa ou entidade mandatada por estes, o pleno direito de acesso a todos os documentos relativos à execução do Projeto, seus resultados e a utilização da subvenção, de acordo com os termos e condições da presente Convenção. O Beneficiário deve conferir-lhes também o acesso aos locais e instalações onde o projeto é ou foi realizado. O direito de acesso será concedido até cinco anos após a data de

pagamento do saldo da subvenção ou o seu reembolso por parte do Beneficiário, a menos que um período mais longo seja exigido pela lei nacional.

As verificações, auditorias ou avaliações podem ser iniciadas durante a execução da convenção e por um período de cinco anos a contar da data de pagamento do saldo. Este período será limitado a três anos se o montante máximo especificado no Artigo I.3 não for superior a 60 000 EUR.

O processo de verificação, auditoria ou avaliação será considerado como iniciado na data de receção da carta da AN que o anuncia.

II.20.2 Dever de guardar a documentação

O beneficiário deve manter todos os documentos originais, em especial os registos de contabilidade e fiscais, arquivados de forma adequada, incluindo originais digitalizados quando autorizados pelo respetivo direito nacional e nas condições aí previstas, por um período de cinco anos a contar da data de pagamento do saldo.

Este período será limitado a três anos se o montante máximo especificado no Artigo I.3 não for superior a 60 000 EUR, a menos que um período mais longo seja exigido pela lei nacional.

Os períodos previstos no primeiro e segundo sub-parágrafos devem ser mais longos se houver auditorias, recursos, litígios ou ações em curso relativos às subvenções. Nesses casos, o beneficiário deve guardar todos os documentos até que essas auditorias, recursos, litígios ou ações estejam encerrados.

II.20.3 Obrigação de prestar informações

O beneficiário compromete-se a facultar todos os dados pormenorizados, incluindo em formato eletrónico, solicitados pela AN e Comissão, tal como referido no Artigo II.20.1.

Se o beneficiário não cumprir as obrigações previstas no primeiro sub-parágrafo, a AN pode:

- a) Considerar inelegíveis quaisquer custos insuficientemente justificados pelas informações apresentadas pelo beneficiário;
- b) Considerar indevidas quaisquer contribuições unitárias, de montante fixo ou com base numa taxa fixa insuficientemente justificadas pelas informações apresentadas pelo beneficiário.

II.20.4 Procedimento contraditório de auditoria

Com base nos resultados da auditoria, será elaborado um relatório provisório no prazo de 30 dias. Este será enviado pela AN ou pelo seu representante autorizado ao beneficiário, que terá 30 dias a contar da data da receção para apresentar observações. O relatório final será enviado ao beneficiário no prazo de 30 dias a contar do termo do prazo para a apresentação de observações.

II.20.5 Efeitos dos resultados da auditoria

Com base nos resultados finais da auditoria, a AN pode tomar as medidas que considerar necessárias, incluindo a recuperação total ou parcial dos pagamentos efetuados, em conformidade com o Artigo II.19.

No caso de resultados finais de auditoria posteriores ao pagamento do saldo, o montante a recuperar corresponde à diferença entre o montante final revisto da subvenção, determinado nos termos do Artigo II.18, e o montante total pago ao beneficiário ao abrigo da convenção para a execução do Projecto.

II.20.6 Verificações e inspeções pelo OLAF

O Organismo Europeu de Luta Antifraude (OLAF) dispõe dos mesmos direitos que a AN, nomeadamente o direito de acesso, em matéria de verificações e inquéritos, nos termos no Regulamento (Euratom, CE) N°883/2013 do Parlamento Europeu e do Conselho.

Ao abrigo do Regulamento (Euratom, CE) n.º 2185/96 do Conselho, de 11 de novembro de 1996, relativo às inspeções e verificações no local efetuadas pelo OLAF para proteger os interesses financeiros das Comunidades Europeias contra a fraude e outras irregularidades, do Regulamento (CE) n.º 1073/1999 do Parlamento Europeu e

do Conselho, de 5 de maio de 1999 e do Regulamento (Euratom) nº1074/1999, relativo aos inquéritos efetuados pelo OLAF, o OLAF também pode realizar verificações e inspeções no local de acordo com os procedimentos previstos pelo direito da União para a proteção dos interesses financeiros da União contra a fraude e outras irregularidades.

II.20.7 Verificações e auditorias pelo Tribunal de Contas Europeu

O Tribunal de Contas Europeu dispõe dos mesmos direitos que a AN e a Comissão, nomeadamente o direito de acesso, em matéria de verificações e auditorias.

ARTIGO II.21 - MONITORIZAÇÃO E AVALIAÇÃO

II.21.1. Monitorização e avaliação do Projeto

O beneficiário aceita participar e contribuir para as atividades de monitorização e avaliação organizada pela AN e a Comissão Europeia, bem como por quaisquer pessoas e organismos mandatados pelos mesmos.

Neste contexto, o beneficiário concede à AN e à Comissão Europeia, bem como quaisquer pessoas e entidades por estes mandatado, o pleno direito de acesso a todos os documentos relativos à execução do projeto e seus resultados. O direito de acesso será concedido até cinco anos após a data de pagamento do saldo da subvenção ou o seu reembolso por parte do beneficiário.

II.21.2. Avaliação periódica dos contributos unitários

O beneficiário aceita que a AN e a Comissão possam verificar os registos legais do beneficiário com a finalidade de avaliar periodicamente dos níveis de contribuição da unidade.

Essas verificações não devem resultar em um ajuste do montante final da subvenção ao abrigo desta Convenção, mas pode ser usado pela AN e pela Comissão tendo em vista possíveis futuras revisões dos custos unitários.